

STJ00114668

RICARDO NEGRÃO

Manual de **DIREITO**
EMPRESARIAL

12ª edição

2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Gerência editorial Edição	Isabella Sánchez de Souza Marisa Amaro dos Reis
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Daniela Nogueira Secondo
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
Diagramação	Join Bureau
Revisão	Paula Brito
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DAADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIA JUNIOR - CRB-8/9949

N385m Negrão, Ricardo

Manual de direito empresarial / Ricardo Negrão. - 12. ed. -
São Paulo : SaraivaJur, 2021.
400 p.

ISBN 978-65-5362-141-1 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito empresarial. 3. Comerciante. 4. Atos de comércio. 5. Empresa. 6. Empresário. I. Título.

2022-448 CDD 346.07
CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial 346.07
2. Direito empresarial 347.7

121654

Data de fechamento da edição: 14-3-2022

Duvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal

CL 607564 CAE 791550

<i>Abreviaturas</i>	9
---------------------------	---

CAPÍTULO 1

Da Empresa e das Pessoas que a Exercem

1. Plano de estudo.....	29
2. Teoria da empresa.....	31
3. Perfis da empresa.....	32
4. Empresários.....	33
5. Sociedades.....	34
6. Sociedades empresárias e sociedades simples.....	35
7. Classificação das sociedades	36
8. Constituição das sociedades – requisitos comuns.....	38
8.1. Agente capaz.....	38
8.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável ..	38
8.3. Forma prescrita ou não defesa em lei	39
9. Constituição das sociedades – requisitos específicos.....	39
9.1. Pluralidade de sócios	40
9.2. Constituição do capital social	42
9.3. <i>Affectio societatis</i>	43
9.4. Coparticipação nos lucros e perdas	44
10. Modalidades de constituição de sociedades.....	44
10.1. Requisitos comuns.....	44
10.2. Constituição privada ou simultânea	45
10.3. Constituição sucessiva ou pública.....	45
11. Direitos e deveres dos sócios	46
11.1. Dever de contribuir	46
11.2. Dever de probidade nas deliberações e gestão social..	46



11.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas...	47
11.4. Direito de participar das deliberações	47
11.5. Direito de fiscalização	49
11.6. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação	49
11.7. Direito de preferência	50
11.8. Direito de retirada	51
12. Resolução da sociedade em relação a sócio – casos de retirada	53
13. Resolução da sociedade em relação a sócio – casos de exclusão	53
13.1. Exclusão de sócio remisso	53
13.2. Exclusão por deliberação judicial	54
13.3. Exclusão por incapacidade superveniente	55
13.4. Exclusão por deliberação extrajudicial	55
14. Resolução da sociedade em relação a sócio – casos de morte e de pleno direito	55
15. Responsabilidade dos sócios	57
16. Responsabilidade de sócio com responsabilidade ilimitada, por ingresso e retirada	60
17. Responsabilidade de sócio com responsabilidade limitada, por ingresso e retirada	61
18. Responsabilidade em caso de falência	62
19. Responsabilidade por ingresso, retirada e falência: quadro-resumo	63
20. Teoria do superamento da personalidade jurídica	64
21. Aspectos processuais da aplicação da teoria da desconsideração	66
22. Teoria <i>ultra vires societatis</i>	67
23. Administração das sociedades de pessoas	69
23.1. Incompatibilidades e impedimentos	70
23.2. Impedimentos de ordem profissional	71
23.3. Formas de exercício	72
23.4. Deveres do administrador	72
23.5. Substituição	73
23.6. Poderes	74



23.7. Abuso de poderes gerenciais	74
24. Sociedades não personificadas – sociedade em comum.....	75
25. Sociedades não personificadas – sociedade em conta de participação.....	75
26. A regência das normas da sociedade simples	76
27. Sociedade simples	77
28. Sociedade em nome coletivo.....	78
29. Sociedade em comandita simples	79
30. Sociedade limitada.....	80
30.1. Principal característica e regência legal	80
30.2. Sociedade limitada e sociedade simples	82
30.3. Regras aplicáveis à empresa individual de responsabilidade limitada	84
30.4. Empresa simples de crédito.....	85
31. Conselho Fiscal na sociedade limitada	87
32. Características das sociedades por ações.....	88
33. Sociedade em comandita por ações.....	88
34. Sociedade anônima.....	90
34.1. Fundadores.....	90
34.2. Estatutos	91
34.3. Número de sócios.....	92
34.4. Capital social inicial.....	92
34.5. Redução do capital social	94
35. Sociedade anônima de capital autorizado.....	95
36. Sociedades anônimas abertas e fechadas	96
37. Sociedade de economia mista.....	97
38. Outras sociedades anônimas.....	98
38.1. Sociedade anônima multinacional	98
38.2. Sociedade anônima do futebol.....	99
39. Direitos essenciais do acionista.....	99
40. Ações.....	101
40.1. Classificação das ações.....	102
40.2. Valores das ações	104
40.3. Certificado de ações e agente emissor.....	105



40.4. Custódia de ações	106
40.5. Certificado de depósito de ações	107
40.6. Sistema único de custódia	107
40.7. Constituição de direitos reais sobre as ações	108
40.8. Voto plural	108
41. Valores mobiliários	109
42. Valores mobiliários – debêntures	109
42.1. Conversibilidade das debêntures.....	110
42.2. Garantias outorgadas.....	111
42.3. Agente fiduciário.....	112
42.4. Assembleia de debenturistas.....	113
43. Valores mobiliários – partes beneficiárias	113
44. Valores mobiliários – bônus de subscrição.....	113
45. Valores mobiliários – papéis comerciais (<i>commercial papers</i>)	114
46. Quadro-resumo dos valores mobiliários	115
47. Órgãos da sociedade por ações – as assembleias.....	115
47.1. Conceito.....	116
47.2. Competência privativa da assembleia geral	116
47.3. Espécies de assembleia e de <i>quorum</i>	122
48. Órgãos da sociedade por ações – Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.....	124
48.1. Conselho de Administração	124
48.2. Atribuições do Conselho de Administração.....	124
48.3. Composição do Conselho de Administração.....	125
48.4. Diretoria	126
48.5. Conselho Fiscal	126
48.6. Conselho Fiscal permanente e não permanente.....	127
49. Reorganização de sociedades.....	127
49.1. Transformação	127
49.2. Incorporação	127
49.3. Fusão	128
49.4. Cisão.....	128
49.5. Diferenças entre os procedimentos e efeitos	128
50. Grupos de sociedades	129



50.1. Grupo de fato.....	129
50.2. Grupo de direito.....	129
50.3. Consórcio	130
51. Dissolução de sociedades no Código Civil.....	131
51.1. Dissolução extrajudicial	131
51.2. Dissolução judicial.....	133
52. Dissolução de sociedades na Lei das Sociedades por Ações	135
52.1. Dissolução de pleno direito.....	135
52.2. Dissolução por decisão judicial.....	136
52.3. Dissolução por ato administrativo.....	137

CAPÍTULO 2

Estabelecimento Empresarial

53. Plano de estudo	139
54. Estabelecimento empresarial	139
55. Matriz, filiais e sucursais	140
56. Trespasse de estabelecimento.....	141
57. Trespasse e sub-rogação dos contratos não pessoais.....	142
58. Aviamento.....	142
59. Clientela.....	143
60. Cláusulas de interdição de concorrência	144
61. Ponto empresarial	145
62. Ponto empresarial – exceção de retomada	146
63. Direitos de propriedade industrial – conceitos.....	147
64. Patentes de invenção e modelos de utilidade.....	149
64.1. Primeiro requisito de patenteabilidade: a novidade	150
64.2. Segundo requisito de patenteabilidade: a industriabili- dade	150
64.3. Terceiro requisito de patenteabilidade: a atividade in- ventiva	150
64.4. Quarto requisito de patenteabilidade: a licitude	151
65. Invenção de empresa, de empregado e comum	152
66. Desenho industrial.....	152



67. Marcas	153
67.1. Classificações	153
67.2. Requisitos	154
68. Cessão de uso e licenças	156
69. Licença compulsória	156
70. Extinção do direito de propriedade industrial	157
70.1. Expiração do prazo de vigência (LPI, arts. 78, I, 119, I, e 141, I)	157
70.2. Renúncia do titular (LPI, arts. 78, II, 119, II, e 142, II) .	158
70.3. Caducidade (LPI, arts. 78, III, e 142, III)	158
70.4. Falta de pagamento da retribuição	159
70.5. Nulidade do ato de concessão	160
70.6. Inobservância do art. 217 (LPI, arts. 78, V, 119, IV, e 142, IV)	160

CAPÍTULO 3

Institutos Complementares à Empresa

71. Plano de estudo	161
72. Registro de empresa	161
72.1. Regência legal	161
72.2. Órgãos do registro de empresa	162
72.3. Finalidades do registro	162
72.4. Efeitos jurídicos do registro	162
72.5. Atos de registro	163
72.6. Impedimentos ao arquivamento	164
73. Nome empresarial	165
73.1. Distinções	165
73.2. Espécies	166
73.3. Tutela legal do nome empresarial	168
73.4. Extensão da proteção legal – princípios da especialidade e da territorialidade	168
73.5. Colidência entre marca e nome empresarial	169
73.6. Sistemas de formação do nome empresarial	169
73.7. Formação do nome	170



73.8. Nome empresarial de sociedade estrangeira.....	171
73.9. Alteração do nome empresarial	172
74. Prepostos, gerentes, contabilistas e auxiliares	172
75. Escrituração empresarial.....	174
75.1. Funções da escrituração	174
75.2. Princípios informadores	174
75.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração.....	175
75.4. Espécies de livros	175
75.5. Valor probante dos livros	176
75.6. Recusa de apresentação de livros	177
75.7. Livros empresariais e pequenos empresários	178
75.8. Demonstrações financeiras diferenciadas	181
75.9. Demonstrações financeiras comuns às sociedades por ações e de grande porte	182
75.10. Demonstrações financeiras especiais.....	182
75.11. Escrituração contábil e sociedades de grande porte	183

CAPÍTULO 4

Contratos Empresariais

76. Plano de estudo.....	185
77. Agência e distribuição.....	186
77.1. Conceito	186
77.2. Natureza	186
77.3. Objeto e características	186
77.4. Espécies ou qualificação jurídica	187
77.5. Retribuição	187
77.6. Extinção do contrato.....	187
78. Distribuição por conta própria (revenda ou concessão co- mercial)	188
78.1. Conceito e distinções	188
78.2. Objeto e características	189
78.3. Espécies e qualificação.....	190
79. Mandato e comissão mercantil.....	190



80.	Corretagem.....	192
80.1.	Conceito e definição	192
80.2.	Características.....	192
80.3.	Espécies e qualificação.....	192
81.	Franquia (<i>franchising</i>)	193
81.1.	Definição legal.....	193
81.2.	Objeto	194
81.3.	Natureza	194
81.4.	Elementos do contrato.....	194
82.	Compra e venda mercantil	197
82.1.	Conceito.....	197
82.2.	Elementos formadores.....	198
82.3.	Obrigações do vendedor.....	199
82.4.	Entrega da coisa.....	199
82.5.	Vícios.....	200
82.6.	Evicção	200
82.7.	Obrigações do comprador	201
83.	Compra e venda mercantil – cláusulas e contratos especiais	201
83.1.	Retrovenda	201
83.2.	Venda a contento e venda sujeita a prova	201
83.3.	Preempção ou preferência	202
83.4.	Venda com reserva de domínio.....	203
83.5.	Venda sobre documentos.....	203
83.6.	Crédito documentário	204
83.7.	Contrato estimatório	204
83.8.	<i>Hedging</i>	205
83.9.	<i>Incoterms</i>	205
84.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	207
84.1.	Definição legal.....	207
84.2.	Objeto	208
84.3.	Modalidades	208
85.	Alienação fiduciária em garantia	211
85.1.	Conceito.....	211
85.2.	Objeto	211



86. Contratos bancários	212
86.1. Depósito bancário	212
86.2. Desconto e redesconto	212
86.3. Empréstimo bancário	213
87. Faturização (<i>factoring</i> ou fomento mercantil)	213
88. Transporte e seguro	216
88.1. Transporte	216
88.2. Seguro	219

CAPÍTULO 5

Títulos de Crédito

89. Plano de estudo	221
90. Teoria geral e institutos cambiários	221
90.1. Classificação	221
90.2. Títulos regulamentados no direito brasileiro	222
90.3. Princípios	225
91. Leis uniformes e leis nacionais	227
92. Títulos de crédito no Código Civil	231
93. Letra de câmbio	232
93.1. Emissão em moeda estrangeira	233
93.2. Cláusula de estipulação de juros	233
93.3. A época do pagamento	234
93.4. Saque	234
93.5. Aceite	235
93.6. Endosso	236
93.7. Aval	237
93.8. Pagamento	239
93.9. Pagamento por intervenção	240
93.10. Ressaque	240
93.11. Apresentação	241
93.12. Protesto	242
93.13. Ação cambial	242
93.14. Prescrição	244



93.15. Ações causais.....	245
93.16. Ação monitória.....	245
94. Nota promissória.....	245
94.1. Requisitos.....	246
94.2. Nota promissória incompleta.....	247
94.3. Requisitos não essenciais.....	247
94.4. Direito aplicável – regras compatíveis.....	247
94.5. Ação cambial e vinculação a contrato.....	249
94.6. Debêntures.....	250
94.7. Debêntures-fut.....	251
94.8. Nota comercial.....	251
95. Cheque.....	252
95.1. Legislação e regime jurídico do cheque.....	252
95.2. Conflitos em matéria de cheque.....	252
95.3. Requisitos.....	253
95.4. Cheque incompleto ou em branco.....	254
95.5. Revogação e oposição.....	254
95.6. Aval no cheque.....	255
95.7. Modalidades de emissão.....	255
95.8. Prazo para a apresentação.....	256
95.9. Perda do prazo para a apresentação.....	257
95.10. Ações judiciais.....	258
96. Duplicata.....	258
96.1. Conceito.....	258
96.2. Modalidades.....	258
96.3. Criação e requisitos.....	259
96.4. Aceite.....	260
96.5. Aceite presumido.....	261
96.6. Protesto por indicação.....	261
96.7. Motivos para a recusa.....	262
96.8. Triplicata.....	262
96.9. Endosso.....	263
96.10. Aval.....	263
96.11. Aval e ação monitória.....	264



96.12. Protesto	264
96.13. Prazo para pagamento	265
96.14. Pagamento antecipado	265
96.15. Prorrogação de vencimento	266
96.16. Ações fundadas na duplicata – incidência de juros e correção monetária	266
96.17. Prescrição.....	267
96.18. Aspectos penais relacionados à duplicata.....	267
96.19. Duplicata escritural.....	268

CAPÍTULO 6

Recuperação Judicial e Falência

97. Plano de estudo.....	269
98. Casos de incidência e de não incidência.....	271
99. Unidade do juízo falimentar	272
100. Prevenção do juízo falimentar.....	273
101. Indivisibilidade do juízo falimentar.....	273
102. Universalidade do juízo falimentar.....	274
103. Verificação e habilitação de créditos.....	274
103.1. Incidente de classificação de crédito público na falência	276
104. Habilitação retardatária de créditos	277
105. Ação ordinária de exclusão de crédito.....	277
105.1. Conciliação e mediação antecedente ou incidental.	278
106. Administrador judicial	279
106.1. Natureza jurídica	279
106.2. Impedimentos.....	280
106.3. Compromisso	280
106.4. Funções e prazos	280
106.5. Remuneração	286
106.6. Substituição e destituição.....	286
106.7. Responsabilidade	287
106.8. Prestação de contas	287



107.	Comitê de Credores	288
107.1.	Formas de constituição	288
107.2.	Composição e presidência.....	288
107.3.	Impedimentos.....	289
107.4.	Atribuições e deliberações.....	289
107.5.	Remuneração.....	291
107.6.	Substituição e destituição.....	291
107.7.	Responsabilidade	291
108.	Assembleia geral de credores.....	292
108.1.	Classes de credores e direito a voto.....	292
108.2.	<i>Quorum</i> de instalação e de deliberação.....	293
108.3.	Sistemas de colheita de votos.....	294
109.	Recuperação judicial – crise econômico-financeira e princípios norteadores.....	295
110.	Sistemas de recuperação em juízo	296
110.1.	Requisitos comuns	297
110.2.	Distinções	297
111.	Pedido inicial e processamento da recuperação	300
111.1	Constatação prévia.....	301
111.2	Efeitos da decisão que determina o processamento da recuperação judicial.....	302
111.3.	Financiamento do devedor e do grupo devedor durante a recuperação judicial.....	303
111.4.	Parcelamento de débitos fiscais.....	304
111.5.	Consolidação processual e consolidação substancial	305
112.	Meios de recuperação	306
113.	Plano de recuperação.....	307
114.	Impugnação ao plano	308
115.	Deliberação sobre o plano de recuperação.....	308
115.1.	Formas ordinárias de aprovação do plano.....	309
115.2.	Rejeição ou não deliberação do plano apresentado pelo devedor.....	309
115.3.	Processamento do plano recuperatório em todas as suas formas	311



116.	Cumprimento da recuperação judicial.....	312
117.	Conversão da concordata em recuperação judicial	312
118.	Recuperação judicial especial	313
119.	Recuperação extrajudicial	314
119.1.	Modalidades	314
119.2.	Efeitos.....	315
119.3.	Documentação.....	315
119.4.	Procedimento	316
120.	Convolução da recuperação em falência.....	316
120.1.	Causas da convolução.....	316
121.	Pedido de falência.....	317
121.1.	Natureza da dívida.....	318
121.2.	Credor empresário.....	318
121.3.	Credor domiciliado no exterior	318
121.4.	Legitimidade ativa	318
121.5.	Cônjuge, herdeiros e inventariante.....	319
121.6.	Sócios e acionista da sociedade requerida.....	319
121.7.	Legitimidade passiva	320
122.	Procedimentos pré-falimentares.....	320
122.1.	Falência requerida com base na impontualidade ou na frustração da execução (art. 94, I e II)	320
122.2.	Falência requerida em razão da ocorrência de atos denominados falenciais, eleitos pelo legisla- dor (art. 94, III).....	321
122.3.	Pedido de autofalência (art. 105)	322
123.	Recuperação judicial incidental	323
124.	Sentença judicial e recursos.....	323
124.1.	Indenização	324
124.2.	Recursos	324
125.	Efeitos da falência sobre os credores	326
125.1.	Suspensão do curso da prescrição	326
125.2.	Suspensão das ações e execuções individuais dos credores.....	326
125.3.	Vencimento antecipado das dívidas	327
125.4.	Formação da massa de credores.....	328



125.5.	Suspensão do direito de retenção	328
125.6.	Suspensão da fluência de juros	328
125.7.	Alteração de direito relativa a coobrigados solidários	329
126.	Efeitos da falência sobre a pessoa do falido	330
126.1.	Restrições impostas	330
126.2.	Obrigações impostas	331
126.3.	Direitos atribuídos	331
127.	Efeitos da falência sobre os sócios	332
127.1.	Efeitos sobre os sócios com responsabilidade limitada	332
127.2.	Efeitos sobre os sócios com responsabilidade limitada	332
127.3.	Suspensão do direito de retirada, do recebimento de suas cotas e classificação do crédito	332
127.4.	Efeitos não patrimoniais	333
128.	Efeitos da falência sobre os bens do falido	333
128.1.	Casos de impenhorabilidade	334
128.2.	Patrimônio de afetação	334
129.	Efeitos da falência sobre os contratos	334
129.1.	Regras em relação aos contratos unilaterais	334
129.2.	Regras em relação aos contratos bilaterais	335
129.3.	Falência do devedor que não entregou a coisa contratada	335
129.4.	Falência do comprador que não pagou a coisa contratada	336
129.5.	Contratos em que o comprador falido detém a posse indireta da coisa, mas não o domínio e ainda não pagou o preço	336
129.6.	Vendas a termo, em que houve a falência do comprador ou do vendedor	337
129.7.	Contratos imobiliários, de locação e venda	337
129.8.	Mandato e comissão	338
129.9.	Conta-corrente	339
129.10.	Compensação de dívidas	339
129.11.	Contrato de sociedade	340



129.12. Condomínio indivisível	340
130. Administração e arrecadação de bens	341
131. Classificação dos créditos na falência	342
132. Realização do ativo	345
132.1. Alienação da empresa, de parte dela, dos estabelecimentos empresariais ou de bens individualmente	346
132.2. Constituição de sociedade de credores ou de empregados do devedor	346
132.3. Modalidades de alienações públicas	347
132.4. Outras modalidades de alienação judicial	348
132.5. Impugnações	348
132.6. Especulação de lucro	349
133. Pagamento aos credores	349
134. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido	350
134.1. Prestação de contas do administrador judicial	350
134.2. Sentença de encerramento	350
134.3. Extinção das obrigações do falido	351
134.4. Extinção das obrigações antes do encerramento da falência	351
134.5. Procedimento de extinção	352
135. Ações de restituição	352
135.1. Requisitos dos pedidos	353
135.2. Contratos de câmbio	354
135.3. Restituição de importância em dinheiro devida às Fazendas Públicas	354
135.4. Procedimento	355
135.5. Execução da sentença	355
135.6. Recurso	356
135.7. Honorários e atualização monetária	356
136. Ações revocatórias	356
136.1. Atos praticados dentro do termo legal	357
136.2. Atos praticados dentro do biênio anterior à falência ..	357
136.3. Ato em que não se leva em conta o elemento temporal	358



136.4.	Atos praticados após a decretação da falência....	358
136.5.	Ação revocatória	358
136.6.	Processamento da ação revocatória	358
136.7.	Medidas cautelares	359
136.8.	Efeitos das ações revocatórias	359
137.	Da cooperação internacional no processo falimentar-recuperatório	359
137.1.	Da insolvência transnacional	359
137.2.	Do acesso à jurisdição brasileira	361
137.3.	Do reconhecimento de processos estrangeiros....	363
137.4.	Da cooperação entre autoridades e representantes.	364
137.5.	Dos processos concorrentes	364
	<i>Referências</i>	367
	<i>Índice Onomástico</i>	379
	<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	381

